

Apresentação

O conde de Monte Cristo foi publicado originalmente como folhetim, entre agosto de 1844 e janeiro de 1846. No Brasil, já em 1845 (isto é, com apenas alguns meses de atraso em relação à França), saía no *Journal do Commercio* com grande sucesso.

É consenso entre os críticos que o livro faz um retrato bastante fiel da França nos primórdios da democracia, juntamente com *A comédia humana*, de Balzac, *Os mistérios de Paris*, de Eugène Sue, e *Os miseráveis*, de Victor Hugo. Aqui, esse retrato amplo da sociedade é possibilitado pela trajetória do protagonista Edmond Dantès, que parte de uma posição social intermediária, desce às profundezas quando é preso injustamente e alcança o topo da pirâmide quando escapa da prisão e enriquece.

À medida que Dantès marcha para a vingança, distancia-se dos homens comuns e oferece a leitores de todos os tempos um pouco de redenção: a revanche da justiça legal, a reinstauração da ordem moral. Ninguém pode lhe negar que, realmente, faz de tudo para obtê-las. Ao suspense intrínseco ao tema – “Ele vai conseguir se vingar?” (no fundo, intuímos que vai) –, soma-se o suspense maior: “Qual será sua vingança?”

Dumas trabalhava em colaboração com dezenas de outros escritores e pesquisadores. O único de seus assistentes a realmente chegar perto de uma coautoria foi Auguste Maquet (1813-88), com quem Dumas trabalhou em cerca de vinte romances, inclusive *O conde de Monte Cristo*. Tudo indica que Maquet, ex-professor universitário, redigia um primeiro esboço a partir de seus conheci-

mentos históricos e pesquisas. Em seguida, este era reescrito por Dumas, que acrescentava seu estilo romanesco e autêntico jorro de imaginação. O texto final foi sempre de Dumas – e não por acaso, quando a dupla se desfez e Maquet entrou com um processo contra o parceiro, exigindo uma soma exorbitante por direitos autorais, a Justiça determinou o pagamento de royalties suplementares, mas negou-lhe o privilégio de assinar como coautor.

A presente tradução baseou-se nas melhores edições existentes: a da Pléiade, a da Calmann-Lévy (em seis volumes, reprodução da edição *standard* de 1895), a da Bouquins e a da Folio. Sem mudanças substantivas no original, adaptamos a pontuação para as normas vigentes, modernizamos com moderação as formas de tratamento e privilegiamos, sempre, a fluência da leitura. As ilustrações aqui incluídas, de autoria de Gustave Staal, entre outros, integraram a 3ª edição francesa de *O conde de Monte Cristo*.

Esta é uma versão reduzida da apresentação de Rodrigo Lacerda para *O conde de Monte Cristo: edição definitiva – comentada e ilustrada*, publicado pela Zahar em 2008.

Prefácio

O registro civil do *Conde de Monte Cristo*

Sempre houve uma grande preocupação em saber como meus livros eram escritos e, principalmente, quem os escrevia. Era tão simples acreditar que era eu que ninguém pensou nisso. Por exemplo, na Itália, a opinião geral é que foi o florentino Dante que escreveu *O conde de Monte Cristo*. Por que não acham que fui eu que escrevi *A divina comédia*? Nesse aspecto, tenho exatamente os mesmos direitos... Direi então hoje o que esqueci de dizer em 1845, isto é, a maneira como se engendrou *O conde de Monte Cristo*.

Em 1841 eu morava em Florença, e o ponto de encontro da colônia francesa era a encantadora *villa* de Quarto, residência do príncipe Jerônimo Bonaparte e da princesa Mathilde, sua filha... A partir dessa época, o rei Jerônimo dispensou-me uma amizade que espero tenha conservado, mas da qual não pode dizer que me aproveito.

– Um dia – ele me conta, isso era no começo de 1842 –, Napoleão deixará o serviço de Wurtemberg e retornará a Florença. Ele não deseja, como você pode muito bem compreender, ficar exposto a lutar contra a França. Quero que o acompanhe em sua passagem por aqui.

– Estais recomendando um príncipe a mim, *sire*! E em que lhe posso ser útil?

– Pode ensinar-lhe a França, que ele não conhece, e fazer com ele alguns passeios pela Itália, claro, se tiver tempo.

– Ele conhece a ilha de Elba?

– Não.

– Pois bem, vou levá-lo à ilha de Elba, se tal for de vosso agrado. É bom que o sobrinho do imperador termine sua educação com essa peregrinação histórica.

– É de meu agrado e registro suas palavras.

O príncipe tinha então dezenove anos e eu, trinta e nove. Partimos para Livorno na caleche de viagem do príncipe, com nosso criado dividindo o assento com o postilhão.

Não podíamos ir ao diabo de maneira mais barata. Em todo caso, os marujos de Livorno não recuam diante de nada. Quando perguntamos se podiam nos levar à ilha de Elba em sua casca de noz: “À África, se for do gosto de Suas Excelências”, responderam.

No dia seguinte, às cinco horas fundeávamos em Porto Ferraio. Mas, vocês me dirão, caros leitores, que até agora *O conde de Monte Cristo* não tem muita coisa a ver com o que o senhor nos conta. Paciência, lá chegaremos.

Depois de percorrermos a ilha de Elba em todas as direções, decidimos fazer uma caçada na Pianosa. A Pianosa é uma ilha achatada, mal elevando-se a três metros acima do nível do mar. O imperador instalara lá a sua coutada, que abunda em coelhos e perdizes-vermelhas. Infelizmente, havíamos esquecido de levar um cachorro!

Um sujeito, feliz proprietário de um cãozinho malhado, dispôs-se a carregar nossa bolsa de caça, mediante dois *paoli*, bem como a nos emprestar seu cão. O cão nos fez matar uma dúzia de perdizes, que o dono carregou conscienciosamente. A cada perdiz com que recheava sua sacola, o sujeito dizia, dando um suspiro e lançando olhares para um magnífico rochedo em forma de pão de açúcar que se erguia a duzentos ou trezentos metros acima do mar: “Oh, Excelências, lá é que faríamos uma caçada de respeito!”

– Ora, o que há por lá?

– Cabras-selvagens aos bandos; a ilha está cheia.

– E como se chama essa ilha bem-aventurada?

– Chama-se ilha de Monte Cristo!

Foi a primeira vez e nessa circunstância que o nome de Monte Cristo ressoou aos meus ouvidos.

– Muito bem – eu disse ao príncipe –, e se fôssemos à ilha de Monte Cristo, monsenhor?

– Para a ilha de Monte Cristo – decidiu o príncipe.

No dia seguinte partimos para a ilha de Monte Cristo. O tempo estava magnífico dessa vez. Tínhamos o estrito necessário de vento para ir à vela, e essa vela, secundada pelos remos de nossos dois marujos, nos permitia fazer três léguas por hora. À medida que avançávamos, Monte Cristo parecia sair do seio do mar e crescer como o gigante Adamastor.

Nunca vi manto de anil mais belo do que aquele lançado sobre seus ombros pelo sol nascente. Às onze horas da manhã, restávamos apenas três ou quatro remadas a dar para atracarmos num pequeno porto. Já tínhamos nossos fuzis nas mãos, prontos para saltar em terra, quando um dos dois remadores nos perguntou:

– Suas Excelências sabem que a ilha de Monte Cristo está “em contumácia”?

– “Em contumácia”! – exclamei. – O que significa isso?

– Significa que, como a ilha é desabitada e todas as embarcações que atracam por aqui não dispõem de uma licença formal, qualquer porto para o qual retornarmos depois de pisarmos em Monte Cristo nos obrigará a ficar cinco ou seis dias de quarentena.

– E então, monsenhor, o que tem a dizer?

– Digo que esse rapaz fez bem em nos prevenir antes de atracarmos, mas que teria feito ainda melhor se nos tivesse prevenido antes de virmos.

– Monsenhor, não vá pensar que cinco ou seis cabras, que talvez não matemos, justifiquem cinco ou seis dias de quarentena, que certamente teremos de fazer.

– E quanto ao senhor?

– Não tenho nenhuma queda especial pelas cabras, e horror à quarentena, de maneira que, se monsenhor desejar...

– O quê?

– Simplesmente contornaremos a ilha.

– Com que finalidade?

– Levantar sua posição geográfica, monsenhor, depois do quê, retornaremos à Pianosa.

– Seja, façamos o levantamento geográfico da ilha de Monte Cristo. Mas para que isso nos servirá?

– Para batizar com o nome da ilha de Monte Cristo algum romance que escreverei mais tarde.

– Contornemos a ilha de Monte Cristo – disse o príncipe –, e envie-me o primeiro exemplar do seu romance.

No dia seguinte, estávamos de volta à Pianosa. Uma semana depois, a Florença. Em 1843, de volta à França, assinei um contrato com os senhores Béthune e Plon para lhes fazer oito volumes intitulados: *Impressões de viagem em Paris*.

A princípio julguei que ia fazer pura e simplesmente a coisa, quando uma bela manhã Béthune me veio dizer que pretendia ter um romance cujo pano de fundo seria o que eu bem entendesse, contanto que esse pano de fundo suscitasse interesse, e do qual as *Impressões de viagem em Paris* não passassem de detalhes. Ele estava embriagado com o sucesso de Eugène Sue.

Comecei a procurar uma espécie de enredo para o livro dos srs. Béthune e Plon. Eu fizera, muito tempo atrás, uma gozação com a polícia não secreta de Peuchet, através de uma narrativa com cerca de vinte páginas, intitulada *O diamante e a vingança*.

Tal como se apresentava, era pura e simplesmente idiota. Caso duvidem, podem lê-la. Nem por isso deixa de ser verdade que no fundo daquela ostra havia uma pérola; pérola informe, pérola bruta, pérola sem valor algum, e que aguardava seu lapidador. Resolvi

aplicar nas *Impressões de viagem em Paris* o enredo que eu extrairia dessa narrativa.

Assim, dei início ao trabalho mental que em mim sempre precede o trabalho material e definitivo. A primeira história era assim: um fidalgo riquíssimo, morador de Roma e chamado conde de Monte Cristo, prestaria um grande favor a um jovem viajante francês e, em troca desse favor, pediria a este que lhe servisse de guia quando, por sua vez, visitasse Paris.

Essa visita a Paris, ou melhor, em Paris, teria por pretexto a curiosidade; por realidade, a vingança. Em suas incursões através de Paris, o conde de Monte Cristo devia descobrir seus inimigos escondidos, que o haviam condenado em sua juventude a um cativeiro de dez anos. Sua fortuna lhe forneceria os meios para sua vingança.

Iniciei o livro sobre esta base, e com ela fiz um volume e meio, aproximadamente. Estava nesse ponto do meu trabalho, quando o comentei com Maquet, com quem eu já trabalhara em colaboração.

– Acho – ele me disse – que você está passando por cima do período mais interessante da vida do seu herói, isto é, por cima dos seus amores com a catalã, por cima da traição de Danglars e Fernand, e por cima dos dez anos de prisão junto com o abade Faria.

– Contarei tudo isso – tentei acalmá-lo.

– Não conseguirá fazê-lo em quatro nem cinco volumes, e há quatro ou cinco volumes aí dentro.

– Talvez você tenha razão. Volte então para jantar comigo amanhã, conversarmos sobre o assunto.

Durante a tarde, a noite e a manhã, eu ruminei sua observação. Ela me parecera de tal forma acertada que prevalecera sobre minha ideia inicial. Portanto, quando veio no dia seguinte, Maquet encontrou o livro fatiado em três partes bem distintas: Marselha, Roma, Paris.

Na mesma noite, elaboramos juntos o plano dos cinco primeiros volumes, um dedicado à exposição, três ao cativeiro e os dois últimos à evasão e à recompensa da família Morrel. O resto, sem

estar completamente acabado, estava mais ou menos destrinchado. Maquet julgava ter simplesmente me prestado um favor de amigo. Insisto que agiu como um colaborador.

Eis como *O conde de Monte Cristo*, iniciado por mim como impressões de viagem, transformou-se pouco a pouco no romance e se viu concluído em colaboração, por Maquet e por mim.

E, agora, quem quiser que descubra outra fonte para *O conde de Monte Cristo* sem ser a que aqui aponto; mas aquele que descobrir, é muito esperto.

ALEXANDRE DUMAS